



Arranjos Produtivos Locais (APL) no Turismo: estudo sobre a Competitividade e o Desenvolvimento Local na Costa dos Corais - AL

Local Productive Arrangements (APL) in Tourism: Study on the Competitiveness and Local Development in the Coral Coast - AL

Helena Araújo Costa¹

Atair Carneiro da Costa²

Newton da Silva Miranda Júnior³

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar as contribuições da implementação do arranjo produtivo local (APL) para as vantagens competitivas das micro e pequenas empresas (MPE) do turismo e o desenvolvimento local da Costa dos Corais, situada no litoral do estado de Alagoas. Os métodos consistiram em uma combinação de pesquisas documentais-bibliográficas com dados primários, coletados por meio de questionários junto a 53 empresários de micro e pequenas empresas do APL. A análise dos dados foi feita com emprego de estatística descritiva. Os resultados permitem apontar que se destacam a mão-de-obra qualificada, a divulgação e a ampliação da comercialização dos produtos como as principais vantagens competitivas criadas pelo APL. No entanto, a cooperação ainda está em seu início, o que dificulta o alcance de outros resultados. Em relação ao desenvolvimento da região, pode-se inferir que os empreendimentos contribuem, de forma indireta, e que são raras as ações socioambientais no APL.

¹Professora do Departamento de Administração da Universidade de Brasília, Doutora em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB), coordenadora do LETS (Laboratório de Estudos em Turismo e Sustentabilidade). E-mail: helenacosta@unb.br

²Especialista em Gestão de Negócio em Turismo (CET/UnB). E-mail: atair.costa@gmail.com

³Graduando em Administração (UnB), 9º semestre. E-mail: newton.miranda@uol.com.br

Palavras-chave: APL, turismo, micro e pequenas empresas (MPE), competitividade, desenvolvimento.

Abstract:

The article aims to analyze the contributions of the local productive arrangement (APL) implementation for the competitive advantages of tourism micro and small businesses and the local development in the Coral Coast, situated on the north coast of Alagoas state, Brazil. The research methods combined secondary data and primary data collection through questionnaires with 53 entrepreneurs of tourism firms in the APL. Data analysis was performed with descriptive statistics. The results show that the main competitive advantages created by the APL are: skilled workforce, advertisement of products and market growth. However, cooperation is still in its beginning and it represents an obstacle for further results achievement. Regarding the local development it is possible to infer that enterprises give an indirect contribution and that social and environmental actions are rare in APL.

Key words: APL, tourism, micro and small businesses, competitiveness and development

Introdução

O desenvolvimento de arranjos cooperativos de produção é um desafio para as empresas de diversos setores, incluindo o de turismo. Afinal, a localização geográfica reforça-se como um fator crucial, já que a concentração de empresas em um dado território pode ocasionar vantagens competitivas advindas das interações entre elas (MARSHALL, 1982; PORTER, 1998). Isoladamente, as pequenas empresas tendem a não ter poder de barganha ou eficiência para realizar tarefas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento, ao mercado e às inovações do produto (RAMIREZ-RANGEL, 2001).

No Brasil, a noção de cooperação produtiva tem sido expressa principalmente pela abordagem de arranjo produtivo local - APL. Nesse estudo, entendem-se APLs como aglomerados territoriais de empresas ou produtores, especialmente de pequeno porte, que podem se valer da ação conjunta ou da cooperação a fim de alcançar melhores patamares de competitividade e de desenvolvimento (PYKE; SENGENBERGER, 1993; 2002; SAWYER; LOURENÇO, 2001; CAPORALI; VOLKER, 2004).

Do ponto de vista das iniciativas de desenvolvimento, a ação coletiva entre os entes do APL faz sentido porque possibilita intervir, por meio da cooperação, em questões dificilmente sanadas por uma empresa isolada (GRAY, 2007; PUPPIM DE OLIVEIRA, 2009). Do ponto de vista da competitividade, as empresas podem compartilhar recursos e originar

vantagens tais como infraestrutura, acesso a mercados, novos produtos, apoio de instituições de educação e tecnologia, fornecedores, associações, etc. (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2009). No entanto, é sabido que eles podem agravar a lacuna entre crescimento econômico e os avanços socioambientais se não forem planejados e postos em prática dentro de padrões de sustentabilidade (COSTA et al., 2009; PUPPIM DE OLIVEIRA, 2009).

As noções que embasam a criação dos APLs são amplamente aplicáveis ao turismo, tendo em vista a natural aglomeração territorial que é um destino turístico. Como exemplo tem-se o estudo de Feger et al. (2008) sobre o APL Rota da Amizade, no Oeste catarinense, e de Sampaio (2009) sobre a Vila do Abraão, situada em Ilha Grande (RJ). Ou seja, o destino materializa a concentração física de atrativos turísticos, prestadores de serviço e órgãos de fomento desta cadeia produtiva. Além disso, a ideia ganha força em virtude da expressiva quantidade de MPEs que compõem o setor turístico, aproximando-se de 97% das empresas do setor de turismo no país (IBGE, 2007).

As relações de cooperação desenvolvidas por tais empresas podem desempenhar um papel central em destinos turísticos e suas comunidades na estruturação da governança local em busca de um padrão sustentável de desenvolvimento (BERITELLI, 2011) e na busca por competitividade (COSTA; HOFFMANN, 2006). Esta perspectiva permeia estudos na área de turismo, a exemplo de Fyall e Garrod (2005), Breda et al. (2006), Santos Neto (2007), Hoffmann e Costa (2008), Curtis e Hoffmann (2009), entre outros.

No turismo, os arranjos produtivos locais podem ser desenvolvidos em destinos turísticos, regiões ou roteiros. Em específico, os APLs do turismo apontam como uma alternativa para o desenvolvimento de regiões e como promotor de vantagens competitivas (COSTA et al., 2009). Dessa forma, com o objetivo de analisar a contribuição da implementação de um APL para o desenvolvimento local e para o favorecimento de vantagens competitivas a MPE do turismo, este artigo concentrou-se sobre a região turística da Costa dos Corais, localizada no litoral norte do estado de Alagoas - AL.

Com propósito de incrementar o mercado turístico com maior possibilidade de competitividade, oito municípios (Paripueira, Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Japaratinga, Maragogi e Porto Calvo) uniram-se e passaram a ser vistos como um APL de turismo pelos agentes e pelas instituições que apoiam o projeto de implementação de um APL na região norte de Alagoas (ALAGOAS, 2003). Esse projeto é desenvolvido pelo SEBRAE-AL, sob a Coordenação da Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento do Estado de Alagoas em parceria com outras instituições.

O interesse despertado para se estudar a região da Costa dos Corais, do norte alagoano, teve como base um levantamento realizado entre os APLs de turismo no Brasil, o qual revelou que, dentre os projetos de APL mapeados, o da Costa dos Corais apresentou o maior

número de parceiros, sendo considerado o associativismo local um referencial de sucesso dentre os destinos nacionais de sol e mar (MTUR et al., 2006). Outro aspecto que se deve mencionar, é que o público-alvo do APL são os micros e pequenos empresários e empreendedores, formais e informais que atuam no setor turístico da região. Ademais, a escassez de estudos acerca deste APL despertou o interesse de pesquisa e ressalta a possível contribuição deste estudo para a compreensão dos resultados alcançados por meio desta iniciativa.

No que cinge à estrutura do artigo, preliminarmente, apresenta-se a revisão teórica acerca de aglomerações de pequenas empresas, na qual se apresentam os diversos termos tais como cluster, distrito industrial e arranjo produtivo local, suas semelhanças e distinções. Afinal, a concepção de APL, o termo mais utilizado no Brasil para as aglomerações territoriais remete à fusão de conceitos advindos das experiências italianas com distritos industriais e dos clusters norte-americanos (CAPORALI; VOLKER, 2004). Ademais, esclarece-se a interface entre aglomerações de pequenas empresas, competitividade e desenvolvimento local, iniciando o diálogo com o setor de turismo. Posteriormente, apresentam-se os aspectos metodológicos utilizados no estudo, mostrando o processo de investigação e as técnicas empregadas. Na sequência, são expostos e discutidos os resultados, finalizando-se com as considerações finais.

1. AGLOMERAÇÕES DE PEQUENAS EMPRESAS, COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Os aglomerados de empresas de micro e pequeno portes são enfatizados como estratégias para o ganho de competitividade das empresas e para o desenvolvimento econômico em níveis local e regional, em virtude das vantagens coletivas que os relacionamentos entre elas podem originar (JARILLO, 1988; BESSANT; FRANCIS, 1999; CASAROTTO FILHO; PIRES, 1999).

Em muitos países, pequenas e médias empresas têm se aglomerado em regiões e passado a desenvolver uma miríade de relações sociais baseadas na complementaridade, interdependência e na cooperação (EURADA, 1999). Uma vez existindo o aglomerado e as relações de cooperação entre as empresas e delas com outras organizações, potencializa-se a chance de usufruir de economias externas, capazes de acelerar e até mesmo endogeneizar os determinantes do desenvolvimento desses arranjos produtivos (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2000).

Os protagonistas desses sistemas produtivos locais, como preferem chamar Casiolato e Lastres (2002; 2004), são as empresas de micro, pequeno e médio portes, com relações de cooperação ao redor de uma cadeia produtiva, a fim de construir vantagens com-

petitivas para o local, a região e as próprias empresas (CASAROTTO FILHO; PIRES, 1999; MEYER-STAMER, 1999; AMATO NETO, 2000; BECATTINI, 2002; PYKE; SENGENBERGER, 1993; MOLINA-MORALES; HOFFMANN, 2002; SUZIGAN et al., 2003).

No que concerne à definição, Porter (1999) entende que aglomerado é uma forma que se desenvolve dentro de uma localidade geográfica, na qual a proximidade física de empresas e instituições assegura certas formas de afinidades e aumenta a frequência e os impactos das interações. Ademais, conforme corroboram Scott et al. (2008), a interação entre elas gera capacidade de inovação e conhecimento especializado. Entretanto, há que se esclarecer que a aglomeração de empresas em determinado espaço geográfico em si não necessariamente implica em ter que haver uma cooperação entre estas, porém uma vez que tenha ocorrido esta interação e cooperação, a classificação deste aglomerado passa a ter a configuração de um cluster (ROSA, 2004, p. 55).

O relatório da EURADA (1999) define aglomerado e o relaciona à concepção de cluster, entendendo-o como uma concentração geográfica de pequenas e médias empresas, de um setor de atividades, indo desde fornecedores de insumos a provedores de infra-estrutura especializada. De maneira geral, o termo cluster vem sendo utilizado pela literatura acadêmica de forma muito ampla. Pode-se destacar Michael Porter, um expoente acerca do assunto, o qual afirma que o êxito na competição tende a ocorrer dentro de clusters, os quais envolvem empresas prósperas que se relacionam e atuam em mesmos locais (PORTER, 1998).

Apesar de não possuir tradução unívoca no idioma português, cluster é um termo bastante difundido para remeter à noção de aglomeração geográfica de empresas similares, relacionadas ou complementares entre si. Focando o aspecto competitivo, Porter (1998) assevera que a concentração geográfica pode abranger apenas uma cidade, algumas cidades vizinhas, uma região de um país, o país todo ou até uma rede de países próximos.

Além da proximidade física, a literatura aponta outros aspectos característicos dos clusters, como a forte relação com os agentes da localidade e o desenvolvimento de mesma dinâmica econômica. Todavia, há autores como Santos et al. (2002) que asseveram que cluster é um conceito puramente espacial que envolve concentração de empresas. Sobressaindo essa discussão, reconhece-se a relevância da proximidade física entre empresas na geração de externalidade ou economia de aglomeração, na resolução de problemas comuns através de interação cooperativas e também da possibilidade de criação de "eficiência coletiva" (SANTOS et al., 2002).

Na abordagem de Bispo (2004, p. 45), os clusters são propostos sob duas perspectivas: i) quanto à sua formação e ii) quanto à sua configuração. Com relação à formação, os clusters podem ser considerados deliberativos ou endógenos, e quanto à configuração, podem apresentar-se vertical ou horizontalmente.

Segundo Pereira (1998), os clusters endógenos são aglomerações que advêm de empresas que são construídas pela tradição e vocação de determinada região. Não existe nesta modalidade esforço deliberativo, sendo as próprias competências originais de uma localidade que ensejam o aparecimento de empresas no mesmo ramo de atividades ou de ramos complementares. Sendo que os aspectos econômicos, geográficos e naturais contribuem para formação de um cluster. Neste ínterim, Cassiolato e Lastres (2002) se inserem no debate sobre clusters ao afirmarem que a aglomeração pode ser estruturada de maneira a comportar as pequenas empresas ao redor de grandes indústrias âncoras.

Quanto aos clusters deliberados, ainda segundo Pereira (1998), eles tem sua constituição de forma racional e planejada, podendo ser produto de ações da iniciativa privada, como também, ser resultado de políticas públicas que tenham o objetivo de promover o crescimento e/ou o desenvolvimento regional, envolvendo de forma particular todas as empresas de pequeno porte. Em síntese, insta ressaltar o conceito de cluster adotado por Bispo (2004, p. 45): “um arranjo deliberado ou endógeno de empresas concentradas geograficamente e que apresentem interdependência horizontal, com empresa concorrente, ou vertical, no decorrer da cadeia produtiva”.

Ademais, o cluster, consoante Andrietta (2004), inclui empresas de produtos ou serviços finais, fornecedores de produtos especializados, componentes, equipamentos e serviços. Também podem incluir distribuidores e clientes, fabricantes de produtos complementares, fornecedores de infra-estrutura especializada, instituições governamentais e outras; como indústria de transformação, setor de serviços e até da agricultura (Galvão, 2000). Em se tratando da presença de clusters em atividades turísticas, apontam-se os estudos de Lins (2000), Barbosa e Zamboni (2000) e Beni (1997), corroborando a aplicação desta lente teórica aos destinos turísticos.

O termo distrito industrial - DI, por sua vez, é bastante utilizado por aqueles estudiosos inspirados na experiência da chamada Terceira Itália. Segundo Costa e Souto Maior (2006), os distritos industriais podem ser entendidos como redes de vínculos densos e fortes entre empresas e instituições onde são gerados recursos coletivos que tomam a forma de normas e valores compartilhados. As normas e valores criados pela atmosfera de cooperação e confiança, inspirados por regras implícitas e explícitas - somados à informação e ao fluxo de transferência de conhecimento são os benefícios de que as empresas participantes de um DI podem desfrutar. Todavia, só é possível alcançá-los pela proximidade entre os atores do processo, características que podem ser consideradas como vantagens competitivas para as empresas envolvidas com a rede local (MOLINA, MORALES; HOFFMANN, 2002).

Segundo Costa e Souto Maior (2006, p. 11), a designação distrito industrial não é facilmente encontrada na literatura brasileira sobre turismo. Levanta-se a possibilidade de

que não se aplique o termo em turismo no país por razões mais semânticas do que conceituais, ainda que não seja possível afirmar que haja relação quanto à nomenclatura sugere. No mesmo entendimento, talvez o termo não seja tão aceito devido à palavra “industrial”, a qual remete ao setor produtivo secundário e não ao setor de serviços, onde se concentra a segmentação do turismo. Outra razão para a pouca aplicação literal do termo, ainda que suas noções permeiem o conceito de APL, é a presunção de relações identitárias fortes e densas, o que não é frequentemente encontrado na realidade brasileira. Essa pode ser vista como uma das razões para o surgimento e o fortalecimento da noção de “arranjo” no contexto do Brasil.

Originado na literatura brasileira (COSTA; SOUTO MAIOR, 2006) e publicado à exaustão para tratar de aglomerações de pequenas e médias empresas, inclusive do turismo, os APLs são:

aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresárias, instituições de crédito, ensino e pesquisa (SEBRAE, 2005).

Conforme Moreira e Amorim (2004), privilegiando aspectos intangíveis como capital social, práticas cooperativas e governança – da mesma forma que os distritos industriais, os APLs são formados por um número significativo de pequenas e médias empresas agrupadas, formal ou informalmente, em torno de um negócio comum em conjunto com outras instituições. Os APLs tornam evidente o desenvolvimento regional dos seus agentes integrantes, que podem ser, conforme a Redesist (2004), de natureza econômica, política ou social.

Em consonância com Santos (2002), os APLs são caracterizados pela proximidade geográfica, especialização setorial, predominância de PMEs, cooperação interfirmas, competição interfirmas determinada pela inovação, troca de informações baseadas na confiança socialmente construída, organizações de apoio ativas na oferta de serviços e parceria estreita com o setor público local.

Ademais, ao abordar APLs, é imprescindível lembrar-se da presença dos vários atores que podem possuir ações voltadas diretamente ao desenvolvimento da atividade produtiva local, ou ligados indiretamente a esse desenvolvimento. Em geral, podem fazer parte fisicamente deste contexto, ou próximo a ele, os fornecedores especializados, as universidades, as associações de classe, as instituições governamentais e outras organizações que aportam educação, informação, conhecimento e ou apoio técnico e entretenimento (BNDES, 2003).

Não por acaso as três ideias-chaves utilizadas por Cassiolato e Lastres (2003) para

tratar dos APLs de MPE são: inovação, aprendizado e território. Nesse tipo de arranjo, a interação entre os agentes, a circulação de ideias, pessoas e setores, assim como a produção de bens públicos induzem a um processo sinérgico de conhecimento, de inovação e de competitividade em todo o sistema (KREUZ et al., 2003).

Um caso de ganhos coletivos está presente em Sacramento et al. (2010). Ao investigarem o processo de formação de uma rede de cooperação entre empresas do setor hoteleiro e outras da rede turística de Aracaju, estado de Sergipe, os autores constataram que o aumento da demanda turística do estado e a redução dos custos de divulgação desse destino turístico puderam ser conquistados por ações de cooperação. Especificamente no contexto do estado de Alagoas, analisado neste estudo, os principais benefícios esperados do Programa de APL são:

“o aumento da interação e da cooperação entre produtores e empreendedores; maior atração de capitais; aumento do dinamismo empresarial; redução dos custos e riscos empresariais; promoção de inovações tecnológicas; maior agilidade e flexibilidade da mão-de-obra; melhoria da qualidade de vida” (MTUR et al., 2006, p. 15).

O modelo de arranjos produtivos locais tem sido analisado como um mecanismo para a melhora da competitividade das empresas, pois as empresas organizadas dessa forma estão em melhor condição competitiva do que aquelas que atuam de forma isolada (MAMBERTI; BRAGA, 2004). Sachs (2002, p.115), por sua vez, afirma que os APLs “contribuem para uma maior competitividade e também para a resiliência do conjunto dos empreendimentos neles integrados”. Quanto ao seu impacto no desenvolvimento local, Suzigan et al. (2003) esclarecem a importância que os APLs vêm adquirindo na geração de empregos e bem-estar social, crescimento econômico, exportações e desenvolvimento tecnológico.

2.METODOLOGIA

O estudo foi composto por duas abordagens: a primeira de cunho exploratório-qualitativa e a segunda descritivo-quantitativa. Considerando-se os objetivos propostos, buscou-se no primeiro momento caracterizar os municípios que integram o APL da Costa dos Corais - AL recorrendo-se às pesquisas documentais e bibliográficas. Em complemento, realizou-se entrevista semi-estruturada com o gestor do projeto de implementação do APL Costa dos Corais e com o representante dos artesãos da região a fim de se iniciar a compreensão sobre o contexto.

Em seguida, aplicou-se questionário em empresas ligadas ao turismo da região. Majoritariamente, o questionário foi constituído, em sua maioria, por perguntas fechadas. Ele englobou questões que visavam a identificação e descrição dos perfis dos integrantes do APL; a caracterização e a classificação do porte das empresas; a identificação de práticas de cooperação dentro do APL; a identificação de resultados que indicassem possíveis ganhos de competitividade (acesso a crédito, faturamento, inovação, transferência de conhecimento, acesso à mão-de-obra qualificada, intensidade de relações, etc) e, por fim, a contribuição ao desenvolvimento da região (questões ambientais e sociais). Além do mais, uma questão aberta fornecia espaço para o entrevistado apontar as vantagens advindas da participação no APL. Esta opção decorreu da necessidade de ouvir a amplitude das possíveis respostas a este item, chave para a análise.

O universo de pesquisa do presente estudo, segundo cadastramentos constantes na relação do Programa de Mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos e Territórios Produtivos do Estado de Alagoas - ALAGOAS (2003), era composto por 88 empresas constituem o APL Costa dos Corais, sendo 54 hotéis/pousadas, 29 restaurantes/bares e 05 representantes do artesanato (duas associações de artesãos e três independentes). O objetivo inicial era a realização de um censo do universo da pesquisa. Porém, das 68 ligações e dos 20 questionários enviados pela internet, foram obtidas 08 oito respostas via internet e 45 respostas por telefone. Assim, o índice de resposta alcançado foi de 60,24%.

O tratamento dos dados coletados foi realizado por intermédio do programa estatístico SPSS. Utilizaram-se medidas estatísticas descritivas de frequência simples, apresentados em valores absolutos e percentuais.

3. O APL COSTA DOS CORAIS E O TURISMO NA REGIÃO

O APL Costa dos Corais está localizado na região norte do estado de Alagoas. Esse estado brasileiro possui uma área geográfica de 27.819 km² e uma densidade demográfica de 101,34 habitantes/km².

A região do APL Costa dos Corais engloba oito municípios do estado, os quais somam uma população aproximada de 105 mil habitantes, segundo dados oficiais. Quanto à densidade demográfica, a região do APL Costa dos Corais revela situação bastante heterogênea apresentando, em média, 73,63 habitantes/km². Todavia, nenhum dos municípios integrantes do APL apresentou densidade demográfica superior ao do estado de Alagoas.

Considerando o IDH como uma medida de desenvolvimento, o qual abrange indicadores de educação, renda e longevidade, vale salientar que os municípios integrantes do APL

Costa dos Corais revelaram certa fragilidade, tendo em vista que seus valores estão abaixo das médias nacional e regional. No que concerne aos dados relativos à educação, o censo do IBGE (2007) revelou que a faixa etária de maior percentual de analfabetos na região do APL Costa dos Corais concentra-se entre os vinte e cinco anos ou mais. Ainda segundo o censo, Porto de Pedras apresentou o maior índice de analfabetos (58,1%), ao passo que Paripueira apresentou o menor percentual (37,8%).

Em se tratando de renda e pobreza, os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano - PNUD mostram que a renda per capita no território do APL tem apresentado tendência de crescimento, ao passo que a taxa de pobreza apresentou queda, exceto no município de Porto Calvo. Ademais, destaca-se o crescimento da renda per capita média do município de Paripueira, a maior entre os demais municípios da Costa dos Corais. A longevidade, por sua vez, apresentou tendência ao crescimento em todos os municípios, conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Apesar de o estado de Alagoas usufruir econômica e socialmente das vantagens proporcionadas pelo turismo, ainda há carência de infra-estrutura adequada para se atender a demanda da atividade, seja na divulgação do turismo por parte do estado, seja na preservação dos recursos naturais em sua extensão, conforme o ALAGOAS (2003).

Alagoas como destino turístico apresenta paisagens compostas por coqueirais, mangues, mar, lagoas, praias, ilhas, cachoeiras, trilhas, povoados e outras mais (BRAZTOA, 2006) e atrai turistas brasileiros e estrangeiros. Em 2005, 93,10% dos visitantes que estiveram no estado eram brasileiros, ao passo que 6,90% eram estrangeiros, conforme estatísticas da Secretaria Executiva de Turismo (SETUR-AL). Não obstante, o artesanato aponta como tradição no estado, sobremodo as rendas, as quais parecem variar o rendado em cada município.

Passando o enfoque central para o turismo no APL Costa dos Corais, diversas são as potencialidades turísticas de belezas naturais da região. Entre elas, cabe destacar os corais presentes nos municípios de Maragogi, Japaratinga, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres, Passo do Camaragibe, Barra de Santo Antônio e Paripueira. Visando a proteção dos recifes de corais, foi criada a Área de Proteção Ambiental marinha Costa dos Corais com 410 mil hectares. Em virtude disso, algumas atividades foram proibidas, entre elas: retirada de coral, areia, cascalho, peixes ornamentais, entre outras (Portaria IBAMA nº 33, de 13/03/02).

Um aspecto de relevância dentro do APL é a capacidade de o arranjo produtivo local manter ou promover uma convergência em termos de expectativas de desenvolvimento, estabelecimento de parcerias e compromissos para manter e especializar os investimentos de cada um dos atores no próprio território, bem como promover integração econômica e social no âmbito local (ALAGOAS, 2003).

Entre os atores envolvidos com o APL Costa dos Corais estão órgãos públicos, o setor privado e os empreendedores dos oito municípios que integram o território do APL. Entre os parceiros, citam-se as instituições de financiamento a exemplo do Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, assim como as instituições de ensino (escolas técnicas, faculdades particulares e universidade federal), os órgãos do governo local, estadual e municipal (secretarias de turismo, prefeituras e órgãos públicos etc.), as associações de civis (artesãos, bugueiros) e de classe (AHMAJA, ABIH, Associação Comercial), e os órgãos do sistema S, como o SENAC, o SESC e o SEBRAE.

Destacando os atores mais atuantes no APL Costa dos Corais, enumeram-se trinta e duas organizações, assim distribuídas: dez entidades do setor público, onze do setor privado e onze entidades de classe e terceiros. Em especial, pode-se salientar a Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento de Alagoas - SEPLAN/AL, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, a Associação dos Artesãos e a entidade de classe empresarial AHMAJA.

O objetivo maior dessas organizações é transformar a região do litoral norte alagoano em um destino turístico consolidado e sustentável, bem como aumentar a vantagem competitiva das empresas locais. Entre as ações tomadas por essas organizações para alavancar o APL Costa dos Corais destacam-se a pretensão do aumento da média de dias de permanência de turistas em hotéis e pousadas e o aumento da renda média dos artesãos da região.

Segundo o Sistema de Informação da Gestão Estratégica Orientada para Resultados - SIGEOR do SEBRAE, diversos foram os obstáculos para se implementar as ações, como as dificuldades em se realizar campanhas de divulgação do turismo da região, elaboração de estudos para identificar a capacidade de carga nas Galés de Maragogi, entre outros.

4. PERFIL DOS PRODUTORES DO APL DE TURISMO COSTA DOS CORAIS: DADOS SOBRE O UNIVERSO E SOBRE OS RESPONDENTES DA PESQUISA

Se o propósito de um arranjo produtivo local é incentivar uma melhor competitividade dos micro e pequenos negócios de uma região, faz-se necessário identificar o perfil desses negócios, salientando a contribuição de cada um deles para o turismo. Nesse ínterim, é válido caracterizar as empresas localizadas no APL Costa dos Corais.

Em pesquisa de campo realizada pela Associação dos Hotéis e Pousadas de Maragogi e Japaratinga - AHMAJA, no período de janeiro e fevereiro de 2005, com a finalidade de caracterizar os empreendimentos localizados no APL Costa dos Corais, informações foram coletadas acerca dos empreendimentos ligados aos meios de hospedagem, a bares, a restaurantes e ao artesanato.

Em relação à classificação do estilo de hospedagem oferecido pelas empresas, predominou o serviço de hospedagem familiar (74,07%), sendo oferecidos também, em menor escala, os serviços de hospedagem econômica (12,96%) e de luxo (12,96%). Na totalidade dos três estilos de hospedagens constatou-se a oferta de 3.047 leitos entre o universo de cinquenta e quatro empresas. Quanto à empregabilidade dos meios de hospedagens (hotéis e pousadas), a baixa temporada emprega 277 funcionários, ao passo que a alta temporada eleva esse número para 929 funcionários (AHMAJA, 2005)⁴.

No segmento de bares e restaurantes, o universo de pesquisa da AHMAJA (2005) contou com cinquenta e cinco empreendimentos. Dentre eles, 30 empresas (54,55%) eram formais e 25 empresas (45,45%) informais, em se tratando de possuir ou não Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ. Predomina entre os restaurantes e bares, o empreendimento estilo familiar com 31 empresas (56,36%). Em se tratando de empregabilidade, conjuntamente esses empreendimentos empregam na baixa temporada 239 funcionários, elevando o quadro para 606 funcionários na alta temporada.

No ramo de artesanato, foram entrevistados vinte e sete artesãos e três entidades de classe⁵. Majoritariamente os artesãos são do sexo masculino (59,26%). No que concerne à escolaridade, a maioria dos artesãos declarou possuir somente o primeiro grau do ensino fundamental. Quanto à renda mensal provinda do artesanato, a maior frequência registrada ficou na faixa de entre R\$ 20,00 a R\$ 50,00.

Quanto às MPE que responderam a este estudo concentram suas atividades em hotéis, pousadas, restaurantes, bares e no artesanato, conforme ressaltado anteriormente. A distribuição das empresas entre essas atividades é a seguinte: pousadas representam 58,49%, hotéis 16,98%, restaurantes e bares 15,09% e artesanato 9,43% da amostra. No que tange à distribuição espacial dessas empresas pelo espaço geográfico do APL Costa dos Corais, o município de Maragogi lidera a concentração dos empreendimentos (37,74%), seguido pelos municípios de Japaratinga (16,98%), São Miguel dos Milagres (13,21%), Paripueira (11,32%), Passo de Camaragibe (11,32%), Barra de Santo Antônio (5,66%) e Porto de Pedras (3,77%).

Para a classificação do porte das organizações do segmento comercial e de serviços foi empregada a escala desenvolvida pelo SEBRAE (2004) que considera o número de funcionários contratados. Dessa forma, a expressiva maioria das empresas (67,92%) do APL Costa dos Corais pode ser classificada como micro (até 9 funcionários), ao passo em que as pequenas empresas representam 30,19% do universo estudado.

⁴Pesquisa de campo realizada pela AHMAJA em 2005. Relatório não-publicado.

⁵Associação dos Artesãos de São Miguel dos Milagres, Casa do Artesão de Passo de Camaragibe e Associação dos Artesãos e Promotores de Arte e Cultura de Porto Calvo

Analisando-se o faturamento mensal das empresas do APL Costa dos Corais, com base nas declarações prestadas pelos gerentes e proprietários entrevistados, os dados coletados apontam para uma concentração do faturamento mensal da maioria das empresas da amostra (49,06%) na faixa de R\$ 1.000,01 a R\$ 5.000. Em contrapartida, apenas 9,43% faturam na faixa de R\$ 15.000,01 a R\$ 20.000,00 por mês, faixa mais alta investigada.

5. COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO APL DE TURISMO COSTA DOS CORAIS

Para o maior desenvolvimento e competitividade do destino turístico, seria interessante se as micro e pequenas empresas do APL Costa dos Corais convergissem esforços para cooperarem entre si, tendo em vista que tão somente o fator aglomeração de empresas não é capaz de propiciar práticas cooperativas (ROSA, 2004). No APL analisado, observa-se predomínio da independência de cada empresa na aquisição de materiais e equipamentos e até mesmo no acesso ao crédito, uma vez que 73,58% da amostra informaram que na grande maioria das vezes preferem agir isoladamente a formarem aliança de cooperação para aquisições conjuntas e consecução de crédito.

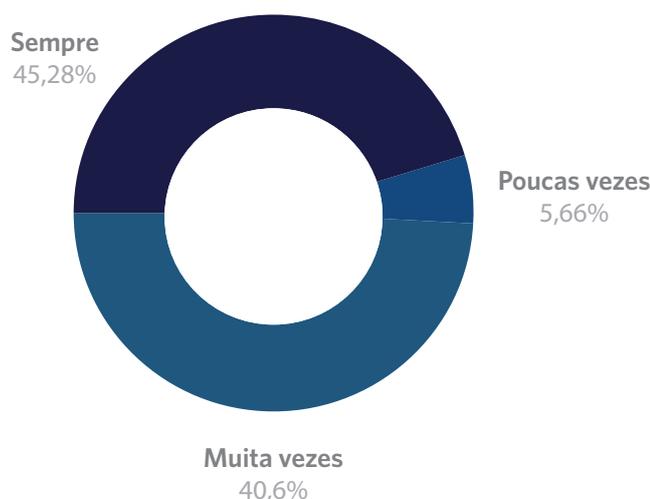
Quando indagadas sobre a existência de cooperação com empresas do APL nos últimos seis meses, 58,49% das empresas afirmaram comercializar seus produtos em parceria com o SEBRAE e a AHMAJA em eventos como show room, feiras e missões comerciais. Segundo informações dos integrantes do APL, a importância da comercialização dos produtos com estas instituições, dentro do modelo proposto de cooperação, foi um dos fatores principais para o advento de um grande número de benefícios alcançados, principalmente quando se compara o ganho que não poderia ter numa atuação isolada.

Foram investigados aspectos relacionados às possíveis vantagens competitivas alcançadas pelo APL no que cinge à mão de obra, ao faturamento, aos recursos financeiros, à qualificação e à expectativa dos empresários. Constatou-se, por exemplo, que a necessidade de treinamento para a prestação de serviços pode ser suprida mais facilmente por intermédio de associações que visam à qualificação de mão de obra entre entidades de classes e empresários. Outra vantagem apontada pelas empresas é que após a participação no APL, houve um aumento razoável no faturamento das empresas, devido a demanda do fluxo de turista. A combinação de mão de obra qualificada com melhores faturamentos corrobora para incentivar as empresas a serem mais competitivas.

Investigando a contribuição das empresas integrantes do APL Costa dos Corais no que se refere à formação e ao desenvolvimento de recursos humanos, percebeu-se que a concentração de empresas num mesmo município é fator que propicia a acessibilidade a esse

insumo, em maior ou menor grau, dando oportunidade às pessoas da comunidade local. Este aspecto pode ser entendido como uma interface entre questões ligadas à competitividade das empresas, do setor e desenvolvimento do local. Como ilustra a Figura 1, segundo 94,34% da amostra, o fato de participar do APL Costa dos Corais contribui para reunir pessoas qualificadas para trabalhar nas empresas.

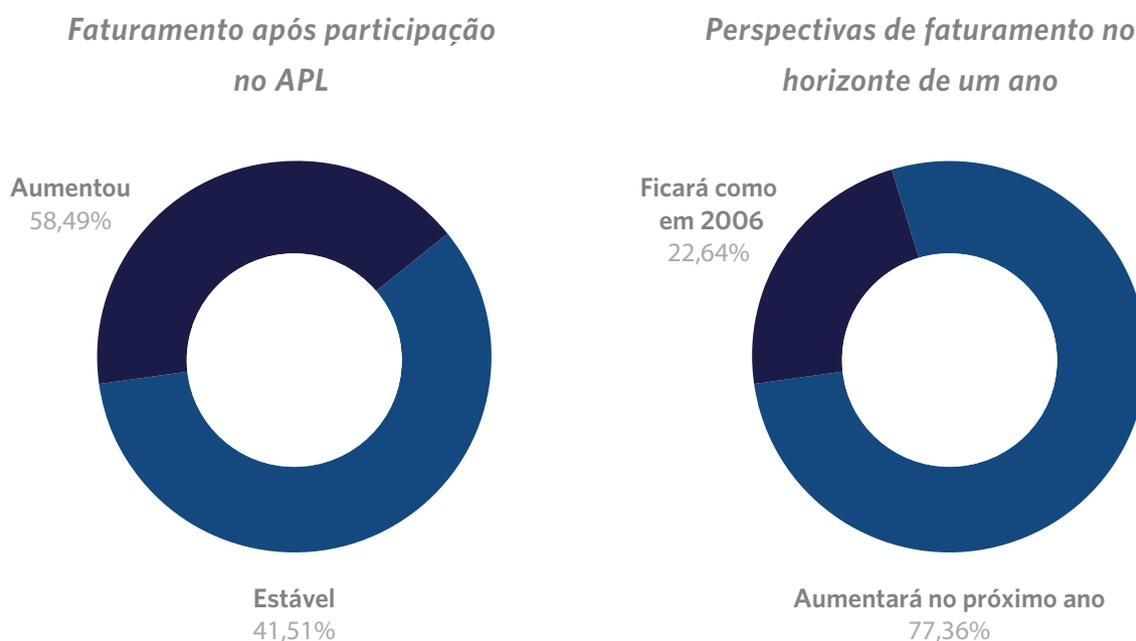
Figura 1 - Contribuição do APL para a reunião de mão-de-obra qualificada
O APL contribuiu para reunir recursos humanos qualificados?



Fonte: pesquisa de campo

Quanto ao faturamento, entre os entrevistados, 41,51% afirmaram que o faturamento aumentou após o engajamento no APL Costa dos Corais, ao passo que 58,49% disseram que ele permaneceu estável. Sobretudo o que mostra uma perspectiva positiva dos empresários é a projeção, por cerca de 77% da amostra, de crescimento do faturamento dentro de um ano. Nenhuma empresa participante do APL demonstrou perspectiva de queda no faturamento (Figura 2).

Figura 2 - Faturamento relacionado à participação no APL e perspectivas de futuro no horizonte de um ano



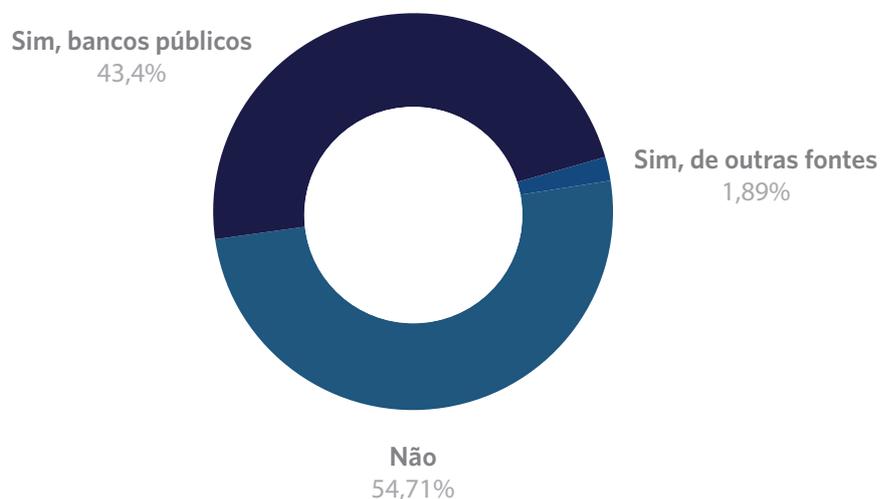
Fonte: pesquisa de campo

O otimismo dos empresários atuantes no APL Costa dos Corais quanto ao aumento do faturamento foi motivado por alguns fatores, entre eles: o posicionamento no mercado adotado pelo SEBRAE para a divulgação do turismo da região por intermédio de feiras, shows room e missões comerciais, assim como também as ações da AHMAJA na promoção do turismo. Pode-se inclusive afirmar que há uma relação entre a maior divulgação do APL e um maior faturamento.

Para as empresas que atuam na região do APL, o acesso a financiamentos é fator de grande importância, uma vez que elas precisam ampliar suas instalações e, geralmente, estão desprovidas de caixa para pagar os compromissos à vista. Esta é uma das vantagens que poderia ser esperada da articulação dentro do APL, tendo em vista a possibilidade de apresentar garantias coletivas, moldar novos projetos de financiamento ou atrair investidores para os negócios que operam na localidade.

No entanto, predomina a visão de que o APL não facilita a consecução de crédito. Quando questionados se o APL facilita o acesso ao crédito, 54,72% dos integrantes da região responderam não e 45,29% responderam sim. Entre os que responderam que o acesso ao crédito é facilitado, quase a totalidade identificou os bancos públicos como credores (Figura 3).

Figura 3 - Relação do APL com o acesso ao crédito
O APL facilita o acesso ao crédito?



Fonte: pesquisa de campo

As exigências impostas para a liberação de financiamentos, como garantias de hipoteca, penhor, fiança, aval ou alienação fiduciária, por sua vez, contribuem com o descontentamento dos empresários do APL Costa dos Corais para pleitearem crédito, o que acaba atrapalhando o processo de tornar o ambiente no qual eles atuam mais competitivo e desenvolvido. Nesse ínterim, os empresários reivindicam maiores facilidades no acesso aos recursos financeiros, os quais são de grande relevância para a promoção da competitividade das empresas do setor, conforme salientado anteriormente. Observa-se também que a maioria das empresas, de alguma forma, ainda não se beneficiou das facilidades financeiras já existentes, divulgadas pelo SEBRAE e por agentes financeiros do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, por exemplo. Em contrapartida, também não são vistas ações em favor do acesso ao crédito de modo coletivo ou em ações de cooperação das empresas.

Quanto às inovações promovidas pelas empresas integrantes do APL Costa dos Corais, foi possível perceber que a grande maioria dos empresários está preocupada em reformar, de modo geral, a área dos estabelecimentos e em aumentar a oferta de unidades habitacionais (45,28%). Com percentual expressivo, 24,3% dos empresários preocupam-se com a implementação de novas ferramentas (computadores, internet, criação de banco de dados) e com as inovações tecnológicas.

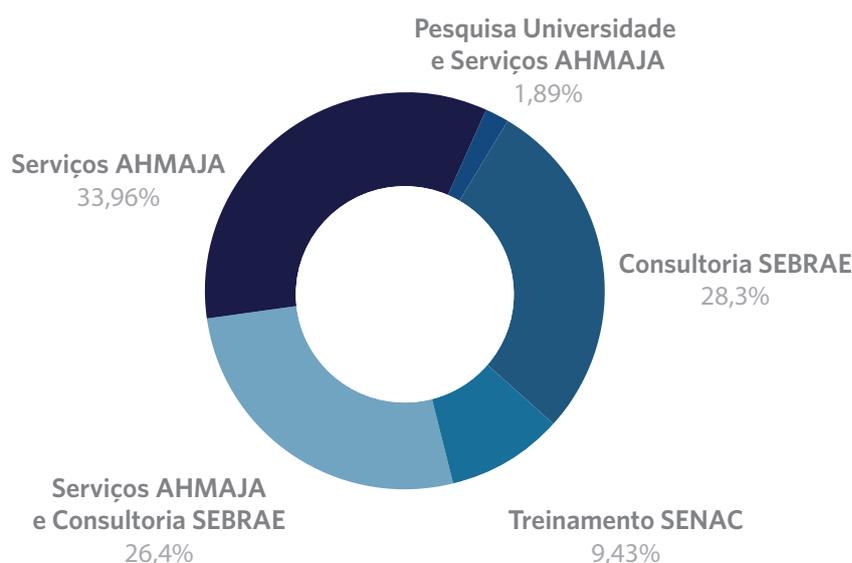
Um fato interessante a ser salientado é que a quase totalidade (90,57%) dos pesquisados afirmou que todas as inovações que foram realizadas não foram motivadas pela par-

ticipação no projeto do APL, pois elas já faziam parte das pretensões das empresas antes da implementação dele. Poderia ser esperado a partir da literatura que a participação no arranjo fortalecesse a iniciativa de inovação nas empresas, que, por sua vez, são fatores indutores de competitividade, conforme Cassiolato e Lastres (2003). Contudo, isso não se verificou na amostra pesquisada.

Com relação à assessoria prestada pelas entidades envolvidas com o projeto do APL Costa dos Corais, indagou-se às empresas do arranjo se elas utilizavam os serviços oferecidos por instituições de suporte. Estes elos são imprescindíveis dentro da lógica da aglomeração e do fortalecimento da competitividade do destino turístico, como afirmam Andrighi e Hoffmann (2010), já que são responsáveis por facilitar a transferência de conhecimento dentro da aglomeração (SCOTT et al., 2008).

A AHMAJA se destacou como instituição mais consultada (33,96%) entre os respondentes, os quais também são associados a ela. O objetivo dessa entidade é organizar a fortalecer o setor de hospedagens. As consultorias realizadas pelo SEBRAE, por sua vez, estão presentes na frequência de 28,3%. Também chama atenção o percentual de empresas (26,42%) que revelaram já ter utilizado os serviços oferecidos pelo SEBRAE e pela AHMAJA conjuntamente. No que cinge à utilização dos serviços oferecidos por Institutos de Pesquisa e Centros de Tecnologia ligados à universidade, somente 1,89% das empresas fizeram uso deles (Figura 4).

Figura 4 - Entidades de suporte acessadas pelas empresas entrevistadas



Fonte: pesquisa de campo

Investigou-se ainda a rede de relacionamento entre as empresas participantes do APL, assim como a sua relevância na promoção da competitividade local. A pesquisa apontou que 86,79% das empresas consultadas consideram suas redes de relacionamentos dentro do APL excelentes e boas, ao passo que 13,21% consideram-nas regulares. Vale ressaltar que 65,15% da amostra consideram a rede de relacionamentos como fator muito importante para incitar a competitividade e, no outro extremo, 1,89% considera que rede de relacionamento importa pouco nesse sentido. Segundo o SEBRAE (2004), uma rede de relacionamentos, interações e cooperações entre empresas é de grande importância para a região do APL, tanto no que concerne à competitividade quanto ao desenvolvimento local.

Em busca de ir além da abordagem da competitividade do APL, buscaram-se informações a respeito de iniciativas importantes para a sustentabilidade do local. Assim, foram investigados aspectos referentes à preocupação ambiental das empresas do APL e o envolvimento delas na comunidade local, como pilares importantes para o desenvolvimento sustentável ao lado da dimensão econômica.

Quanto ao aspecto ambiental, entre as empresas pesquisadas, 98,11% não possuem conhecimento de projetos ou ações na região para o meio ambiente e, em relação às ações voltadas à comunidade, 92,45% não estão engajadas em projetos, nem mesmo possuem ciência de alguma ação nesse sentido. Por outro lado, as empresas que afirmaram ter conhecimento de algum projeto ou ação (7,55%) apontaram o CEPED - Projeto Centro de Educação e Pesquisa para o Desenvolvimento Sustentável, o qual visa preparar mão de obra qualificada para o setor de turismo.

A análise deste pilares deixa entrever, na Costa dos Corais, um aspecto anteriormente identificado por Costa et al. (2009) na concepção e implementação dos APLs de turismo: o compromisso com o desenvolvimento econômico em prejuízo de aspectos ligados à sustentabilidade em suas nuances social e ambiental. Isso fica corroborado no caso das empresas aqui investigadas. Afinal, fica registrado que a participação no APL apresenta fracos rebatimentos nas condutas socioambientais das empresas ligadas a ele.

Ainda na questão do engajamento do APL em questões de desenvolvimento local, perguntou-se se com qual frequência as empresas participam de projetos em prol da região. Entre as empresas pesquisadas, 37,74% delas declararam que são poucas as vezes em que estão engajadas em projetos para o desenvolvimento da região, ao passo que outras quase nunca (13,21%) ou nunca (15,09%) se envolvem nesses tipos de projetos. Em geral, percebe-se uma grande dificuldade dessas empresas em participar de projetos de desenvolvimento quando se envolve um grande volume de recursos financeiros, uma vez que, essas empresas geralmente são de porte micro, conforme salientado anteriormente. Por outro lado, os demais empreendimentos muitas vezes (20,75%) ou sempre (13,21%) se empenham em participar

dos projetos para o desenvolvimento da região do APL. Esse dado mostra uma face mais positiva da interação do APL com aspectos do desenvolvimento da região, porém não parece muito consistente frente ao que foi revelado acerca anteriormente acerca da participação em ações voltadas à comunidade.

As respostas dadas pelos empresários quando questionados, de modo aberto, acerca das vantagens percebidas por eles ao participarem do APL Costa dos Corais, foram agrupadas por similaridade, conforme apresentado na Tabela 1. Fica nítido que o principal benefício observado, a partir da atuação do APL Costa dos Corais, diz respeito à divulgação do destino realizada pelo SEBRAE. Ou seja, está ligada a questões comerciais e potenciais ampliações de mercado e de fluxo, que podem rebater positivamente na competitividade das pequenas empresas e do destino como um todo. Em segundo lugar, o principal ganho observado concerne ao fortalecimento do segmento de hospedagem dentro do APL, especialmente possibilitado pela AHMAJA.

Tabela 1 - Vantagens associadas à participação no APL

PERGUNTA	VANTAGENS	CONTAGEM	FREQUÊNCIA%
<i>Qual a vantagem que sua empresa vê em participar do APL Costa dos Corais?</i>	Divulgação do turismo da região do APL pelo SEBRAE	16	30,24
	Divulgar mais o turismo da região do APL por intermédio da SETUR	6	11,3
	Aumento do fluxo de turistas nos municípios participantes da APL	9	17
	A importância da AHMAJA em fortalecer o setor de hospedagem do APL	12	22,6
	Melhoria da infra-estrutura após implementação do projeto	2	3,8
	Fortalecimento das micro e pequenas empresas da região do APL	2	3,8
	Fiscalização atuante do governo sobre os recursos naturais e meio-ambiente	1	1,9
	Não responderam	5	9,4
		53	100

Fonte: pesquisa de campo

Analisando as respostas, dezesseis empresas demonstraram satisfação em relação à implementação do projeto do APL Costa dos Corais, tendo como base as ações desenvolvidas para a divulgação do turismo da região. Além disso, outras doze empresas salientaram o trabalho da AHMAJA no fortalecimento do setor de hospedagem do APL. Em terceiro lugar, nove empresas afirmaram que houve aumento do fluxo de turistas na região. Outras cinco empresas afirmaram que houve melhoria na infra-estrutura, fortalecimento de MPE e que passou a existir mais fiscalização do meio ambiente e dos recursos naturais.

Já cinco empresas preferiram não responder a essa questão, talvez por haver descontentamento que o respondente prefira não revelar ou porque não percebem qualquer vantagem na participação. Alguns emitiram respostas que foram seguidas de complementos que demonstra um alto grau de insatisfação com o APL. Alguns, inclusive, reivindicaram maior normatização no uso dos recursos naturais de uso comum, já que estes são os principais atrativos da Costa dos Corais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve como objetivo analisar a contribuição da implementação do APL Costa dos Corais para o desenvolvimento do litoral norte do estado de Alagoas, assim como para o favorecimento de vantagens competitivas a MPE do turismo atuantes na região.

Foram investigadas empresas ligadas a serviços de hotéis, pousadas, bares, restaurantes e artesanato. Em se tratando especialmente do segmento de hospedagens da região do APL, percebeu-se que existe uma entidade de classe empresarial, a AHMAJA, que atua para formar uma rede organizada e fortalecida para o setor. Dessa forma, a pretensão é de que todos os associados se comuniquem e se relacionem sinergicamente por intermédio de um negócio comum e uma cultura compartilhada, corroborando com a literatura sobre Arranjo Produtivo Local.

Ainda segundo a literatura, entre as características dos APLs está a cooperação interfirma, responsável muitas vezes pela sobrevivência de negócios. Não obstante, a exemplo de Sacramento et al. (2010), pode-se inferir que as dificuldades em se realizar campanhas de divulgação do turismo da região Costa dos Corais, em Alagoas, são explicadas, em parte, pela ausência de práticas consolidadas de cooperação entre os envolvidos. De modo geral, observam-se laços frágeis de cooperação, ainda que a maior parte das empresas reconheça a importância das relações cooperativas para a competitividade.

Cabe salientar que Sacramento et al. (2010) vincularam o compartilhamento de recursos e informações entre os atores envolvidos com o turismo de Sergipe como condições

para se ter alcançado o aumento da demanda turística no estado. Em se tratando do APL Costa dos Corais, percebeu-se ausência de ações conjuntas para aquisições de bens e serviços e inexistência de união na contratação de fornecedores entre os componentes do arranjo produtivo local. Foram identificadas ações conjuntas dos atores somente com as instituições SEBRAE e AHMAJA para fins de comercialização de produtos.

No que tange às entidades e às instituições de pesquisa disponíveis e acessadas pelos integrantes do APL Costa dos Corais, os dados levantados permitiram observar que o índice de busca de auxílio é baixo. E quando buscam auxílio, na maioria das vezes, os integrantes buscam tão somente melhoria para os produtos ofertados por eles, olvidando-se que em uma rede de cooperação a ênfase maior deve ser dada ao coletivo em detrimento do individual (CARRÃO, 2004).

No que concerne às inovações realizadas pelas empresas, as organizações aumentaram a oferta de unidades habitacionais e leitos para atender ao maior fluxo de turistas na microrregião. Cabe salientar que, segundo os dados da pesquisa, essas reformas não foram motivadas pela participação no APL.

Um fator de grande importância para as empresas do arranjo é o acesso às linhas de crédito. A importância reside na estimulação que o financiamento pode proporcionar à competitividade das empresas da microrregião. Todavia, a maioria dos participantes da pesquisa salientou que o fato de participar do APL não facilita o acesso ao crédito e que nos casos em que houve facilidade, os bancos públicos foram os principais credores.

Em relação ao desenvolvimento da região, pode-se inferir que os empreendimentos contribuem, de forma indireta, para o desenvolvimento da região e do APL quando adotam medidas de crescimento das empresas, de geração de mais postos de trabalho, de melhoria salarial, de maior arrecadação de impostos e maior qualidade de vida dos funcionários. No entanto, raras são as ações de cunho socioambiental empreendidas pelas empresas do APL.

Em suma, conclui-se que pesquisas complementares devem ser realizadas com intuito de aprofundar e delinear o assunto tratado. Os dados apresentados no presente estudo não esgotam, mas sim enveredam novas reflexões e pesquisas, especialmente dentro de uma perspectiva comparada entre outros APLs e entre as empresas que participam versus aquelas que não participam do APL.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAGOAS. Plano APL Turismo Costa dos Corais: programa de mobilização para o desenvolvimento dos arranjos e territórios produtivos locais do estado de Alagoas - PAPL. 2003.

AMATO NETO, J. Redes de Cooperação Produtiva e Clusters Regionais: oportunidades para as pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas, 2000.

ANDRIETTA, J. A. Identificação e classificação de clusters de agronegócios regionais no estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.34, n.1, p.41-65, 2004.

ANDRIGHI, F. F.; HOFFMANN, V. E. Redes e cooperação na destinação turística de Urubici/SC. **Turismo em Análise**, v.21, n.1, p.1-16, 2010.

BARBOSA, M. A. C.; ZAMBONI, R. A. Formação de um cluster em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito-MS. Brasília: IPEA/CEPAL, 2000.

BECATTINI, G. Os Distritos Industriais na Itália. In COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexander (org.). **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: o caso da terceira Itália**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: SEBRAE, DP&A, 2002.

BENI, M. C. Política e Estratégia de Desenvolvimento Regional: planejamento integrado do turismo. In Rodrigues, A. B. (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BERITELLI, P. Cooperation among prominent actors in a tourist destination. **Annals of Tourism Research**, v.38, 2, p. 607-629, 2011.

BESSANT, J.; FRANCIS, D. Using Learning Networks to Help Manufacturing Competitiveness. In **Technovation**, v. 19, n., p. 373-381, 1999.

BISPO, C. M. Cluster, alianças e vantagens competitivas sob a interveniência da construção da bases de recursos: a estratégia do setor de confecções de Cianorte - PR. 2004. 215 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. 2004.

BNDES. Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento - versão preliminar. BNDES, Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/>>. Acesso em: 12 set. 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria IBAMA nº 33, de 13/03/2002.

BRASIL. Ministério de Ciência e Tecnologia. **Sobre os Arranjos Produtivos Locais (APLs)**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <www.mct.gov.br>. Acesso em: 14 jun. 2006.

BRAZTOA. Caderno de Subsídios Sol & Praia Costa dos Corais/AL. 2006.

BREDA, Z.; COSTA, R.; COSTA, C. Do Clusters and Networks Make Small Places Beautiful? In: LAZZERETI, L. P., CLARA (org.). **Tourism Local Systems and Networking**: Oxford, p. 67-80, 2006.

CAPORALI, R.; VOLKER, P. (orgs). **Metodologia de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais**: projeto PROMOS - SEBRAE - BID versão 2.0. Brasília, Sebrae, 2004.

CARRÃO, A. M. R. Cooperação entre empresas de pequeno porte. Revista de Administração da USP, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 185-186, 2004.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local**: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 1999.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, M. H. M. O Enfoque em sistemas Produtivos e Inovações Locais. In: FISCHER, T. (org.). Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, M. H. M.; MACIEL, M. L. Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

COSTA, H. A.; HOFFMANN, V. E. Competitividade de destinações turísticas: elementos e Indicadores aplicados no estudo da administração turística de Balneário Camboriú-SC. **Turismo em Análise**, v.17, n.2, p.135-154, 2006.

COSTA, H.A.; SAWYER, D.; NASCIMENTO, E. Monitoramento de APL de turismo no Brasil: o (não) lugar das dimensões da sustentabilidade. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTur), v. 3, n. 3, p. 57-79, 2009.

COSTA, H. A.; SOUTO MAIOR, A. Sistemas Produtivos Locais em Turismo: relacionamentos estratégicos e aglomeração territorial como vantagens competitivas. In Revista Acadêmica do Observatório de Inovação em Turismo. São Paulo, FGV, Ebape, n.1, 2006.

CURTIS, L.; HOFFMANN, V. E. Relacionamentos Interorganizacionais, em Contexto de Aglomeração Territorial: um Estudo no Setor Hoteleiro das Destinações Turísticas de Gramado e Canela (RS) XXXIII Encontro da Anpad. Rio de Janeiro 2009.

EURADA. Cluster, Industrial districtis, local productive systems. 1999. Disponível em www.eurada.org. Acessado em agosto de 2006.

FEGER, J. E.; WITTMANN, M. L.; NODARI, L. D. T.; FILIPPIM, M. L.; LAZZAROTTI, F. Regionalização do Turismo: uma análise espacial do arranjo produtivo local Rota da Amizade. Revista acadêmica Observatório de Inovação do Turismo, v. III, p. 01-16, 2008.

FYALL, A.; GARROD, B. From competition to collaboration in the tourism industry. In: THEOBALD, W. F. (org.). **Global Tourism**. Oxford: Butterworth Heinemann, 2005.

GALVÃO, O. J. A. Clusters e Distritos Industriais: estudo de caso em países selecionados e implicações de políticas. Planejamento e Políticas Públicas. Rio de Janeiro, n.21, p. 3 - 49, 2000.

GRAY, B. The Process of Partnership Construction: Anticipating obstacles and enhancing the likelihood of successful partnerships for sustainable development. In: GLASBERGEN, P.;BIERMANN, F.;MOL, A. (org.). **Partnerships, Governance and Sustainable Development: reflections on theory and practice**. UK: Edward Elgar Publishing, 2007.

HOFFMANN, V. E.; COSTA, H. A. Competitividade Sistêmica em Destinos Turísticos: um estudo a partir da Cooperação, Confiança e Comunicação entre Micro e Pequenas Empresas. XXXII Encontro da Anpad. Rio de Janeiro, 2008.

IBGE. **Economia do Turismo: análise das atividades características do turismo 2003**. Rio de Janeiro, 2007.

JARILLO, J. C. On Strategic Networks. In **Strategic Management Journal**, v. 9, n., p. 31-41, 1988.

KREUZ, C. L.; SOUZA, A.; CUNHA, S. K. da. Liderança em Custos e Arranjos Produtivos Locais: uma estratégia factível para o alho da Região de Curitiba - SC. Artigo apresentado no XVIII Congresso Latino-Americano de Estratégia - SLADE. Itapema - SC, Brasil, 2003.

LINS, H. N. Florianópolis: cluster turístico? In: Turismo em Análise, v. 11, n. 2, p. 45-54, 2000.

MAMBERTI, M. M. S. & BRAGA, R. Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local. In. Anais do I Seminário Internacional "O Desenvolvimento Local na Integração: Estratégias, Instituições e Políticas. UNESP, Rio Claro, 19 a 21 de Maio de 2004.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MEYER-STAMER, J. Estimular o crescimento e aumentar a competitividade no Brasil: Além da política industrial e da terceirização da culpa. **Policy Paper**, n. 23, jan. 1999. Disponível em www.meyer-stamer.de. Acessado em março de 2005.

MTUR; SEBRAE; BRAZTOA; IMB. Relatório final da viagem técnica à Costa dos Corais/AL (sol e praia). Brasília: 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads_regionalizacao/RELATxRIO_FINAL_COSTA_CORAIS.pdf> Acesso em 10 jan. 2010.

MOLINA-MORALES, F. X.; HOFFMANN, V. E. Aprendizagem através de redes sociais: o efeito da proximidade geográfica. Revista Inteligência Empresarial, [S.l]: [s.n], n.12, p. 4 - 11, jul. 2002.

MOREIRA, M. V. C.; AMORIM, M. A. Um modelo de tecnologia social de mobilização para arranjos produtivos locais: uma proposta de aplicabilidade. In XXVIII ENAMPAD - Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, Anais..., Curitiba, 2004.

PUPPIM DE OLIVEIRA, J.A. de (org.). Pequenas empresas, arranjos produtivos locais e sustentabilidade. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

PEREIRA, G. H. Clusters como Modelo para Formação de Políticas de Desenvolvimento Local: Revista Estudos Empresariais. Universidade Católica de Brasília, p. 17 - 26, 1998.

PORTER, M. E. Competição estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____. Como as forças competitivas moldam a estratégia. In: Montgomery, C. A.; Porter, M. E. Estratégia: a busca da vantagem competitiva. 3. ed. Rio de Janeiro: Campos, 1998.

PYKE, F.; SENGENBERGER, W. Los distritos industriales y las pequenas empresas: distritos industriales y regeneracion economica local. v. III. Ministério de Trabajo y Seguridad Social: 1993.

_____. Distritos Industrias e Recuperação Econômica Local: questões de pesquisa e de política. In COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexander (orgs). Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: o caso da terceira Itália. 2ª. ed. Rio de Janeiro: SEBRAE, DP&A, 2002.

RAMIREZ-RANGEL, H. Avaliando o terreno: fundamentos sociais e institucionais da cooperação da pequena empresa. In: GUIMARÃES, N.; MARTIN, S. (org.). Competitividade e Desenvolvimento: atores e instituições locais. São Paulo: Senac, 2001.

REDESIST. Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2004. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/redesist>. Acesso em ago. 2006.

ROSA, A. V. A. Análise do Arranjo Produtivo Local como Estratégia Competitiva de Pequenas Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas: o caso do grupo Oeste Transportes de Osvaldo Cruz - SP. 2004. 168 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. 2004.

SACHS, I. Desenvolvimento Humano, Trabalho Decente e o Futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil. Brasília: PNUD, SEBRAE, 2002.

SACRAMENTO, P. M.; Cerqueira, A. C.; Teixeira, R. M. Redes de cooperação do setor hoteleiro e a rede turística: um estudo de casos múltiplos em Aracaju, Sergipe. Revista acadêmica Observatório de Inovação do Turismo, v. 5, p. 1-16, 2010.

SAMPAIO, R.F. Arranjos produtivos locais como estratégia para o desenvolvimento sustentável da Vila do Abrãao. PUPPIM DE OLIVEIRA, J.A. de (org.). Pequenas empresas, arranjos produtivos locais e sustentabilidade. Rio de Janeiro: FGV, Cap. 1 p. 10 - 39, 2009.

SANTOS, G. A.; DINIZ, E. J.; BARBOZA, E. K. Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais. In: Arranjos produtivos locais e desenvolvimento - versão preliminar. BNDES. Brasília, 2002. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 13 set. 2006.

SANTOS NETO, J. **Análise e projeto de desenvolvimento para o APL de turismo de Jericoacoara**. Monografia de especialização. CEPAL, SEBRAE. Brasília: 2007.

SAWYER, D.; LOURENÇO, J. S. Novos rumos para a pesquisa científica. **Revista SEBRAE**, n.2, dez., p.54-9, 2001.

SCOTT, N., BAGGIO, R.; COOPER, C. (Eds.). (2008b). **Tourism Destination networks and Knowledge Transfer**. In: Scott, N., Baggio, R.; Cooper, C. (Eds.). Network analysis (...) tourism. Clevedon: Channel View. 2008.

SEBRAE. ABR-3 Consultoria Cultural e Projetos. Mapeamento cultural do litoral norte. Alagoas - AL, 2002.

_____. Arranjos Produtivos Locais. Disponível em: <www.sebrae.com.br>. Acesso em: 10 de set. 2005.

_____. Critérios de Classificação de Empresas - ME - EPP. Disponível em: <www.sebrae-sc.com.br>. Acesso em: 19 de out. 2004.

SUZIGAN, W.; GARCIA, R. C.; FURTADO, J.; SAMPAIO, S. Sistemas Locais de Produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. **Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia**. Porto Seguro, BA, 2003.

